

CONJECTURAS SOBRE O DISCURSO: A AUDIÇÃO DO SILÊNCIO

Nicia Petreceli Zucolo¹

RESUMO: O presente artigo faz uma reconstrução de *a ordem do discurso*, de Michel Foucault, entendendo a linguagem como um universo dentro do qual se desenvolvem mecanismos de controle. usando algumas situações *ficcionais*, retiradas de *cães da província* e *incidente em antares*, pretende-se ilustrar alguns desses mecanismos.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault – mecanismo de controle – discurso – literatura.

ABSTRACT: This presenting article does a reconstruction of *The order of speech*, by Michel Foucault, understanding language as a universe inside which control mechanisms are developed. Using some *fictional* situations, taken from *Cães da Província* and *Incidente em Antares*, one tries to illustrate some of these mechanisms.

KEY WORDS: Foucault – mechanism of control – speech – literature.

À guisa de preâmbulo, lembrando o “triângulo dos saberes”, de As palavras e as coisas, admita-se que o mundo se constitui de camadas superpostas, superfícies atravessadas por uma fissura central, preenchida e extrapolada pelas ciências humanas, manifestas naquilo que as concretiza de imediato: o discurso, a possibilidade de vislumbrar os enunciados.

Dizendo de outro modo, os enunciados revelam-se *através* das coisas do mundo para quem saiba, queira ou possa ver. A questão dos jogos de poder imbrincados em todas as relações humanas se manifesta mais uma vez, cerceando esse querer-saber, de tal sorte que só é permitido se ouçam determinadas coisas, através de controles discursivos, caso contrário isso desencadearia o maior de todos os pecados da contemporaneidade, o pensar sem peias, ou o pensamento, nas palavras de Deleuze, que “pensa sua própria história (passado), mas para se libertar do que ele pensa (presente) e poder, enfim, ‘pensar de outra forma’ (futuro).”

¹ Professora mestre de Teoria da Literatura e Literaturas Brasileira e Portuguesa da Universidade Federal do Amazonas. Email: niciazucolo@ufam.edu.br

Pensamento com peias ao considerar os mecanismos de controle que existem por trás dos discursos, mecanismos apontados por Foucault em 1970, na aula inaugural no *College de France*, que serão abordados neste artigo.

Deve-se, como ponto de partida, constatar que em certos meios, mesmo que muitas vezes não se verbalize, existe a idéia de que a filosofia seja um conhecimento ocioso e inútil, como a literatura. Tais meios, por certo, preferem ignorar que a reflexão filosófica — e a prática da literatura — são determinadas pelo contexto histórico e cultural, oriunda de situações concretas (muitas vezes imperceptíveis na literatura, apesar de estarem lá), repercutindo na realidade, contribuindo para a transformação dessa realidade, através do estímulo à postura crítica dos sujeitos que interagem nessa sociedade.

Entra, aqui, o papel fundamental do discurso, entendido como a relação da língua com ‘outra coisa’ que não seja de natureza lingüística, dando-se, entretanto, no uso da linguagem. Essa relação é o que Foucault chamou de prática discursiva. De outra maneira: temos que o discurso como prática é de foro lingüístico, realizando-se justamente naquele espaço em que a língua relaciona-se com algo exterior a ela — que lhe concede condições de existência, todavia.

Ninguém diz nada sem ter ouvido antes, sem estar em determinado lugar, e sem ser, ele mesmo, outra coisa diferente de si; logo, o discurso é um relacionamento complexo que define as regras de existência da enunciação e dos enunciados.

A análise enunciativa mantém-se fora de qualquer interpretação. Pergunta-se de que modo existem os discursos, o que é a sua manifestação, a sua eventual reutilização e por que aquelas palavras e não outras. Elas dizem mais que elas próprias, uma vez que permanecem além do tempo de enunciação e desencadeiam ação. Obviamente que, por essa linha de raciocínio, o acontecimento discursivo pressupõe a anterioridade da linguagem e a existência de uma espécie de “palco” para que possa ocorrer seriam as condições de possibilidade, determinando que aquele discurso só poderia ocorrer aquele momento, em decorrência de todo um “histórico existencial” que o possibilitou.

Se o discurso for entendido como prática social, a prática do discurso não se poderá entender separadamente das práticas que não são discursivas — mas a relação do discurso com o que lhe é externo é algo que se dá discursivamente, conseqüentemente, é algo que se revela no discurso. Logo, estabelecem-se mecanismos que o controlam, determinam e manipulam, considerando que quem os detém, detém o seu poder, que pela sua

capilaridade abrange todas as instituições e atingem todos os indivíduos. Foucault diz (2002, p.9): “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”.

Retomando suas palavras, destacam-se como chave que a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída através de mecanismos, os quais visam torná-la “segura”; provavelmente, pelo que se deslindará na seqüência, a segurança é para os detentores do poder (ou do discurso).

DETALHANDO...

Segundo Foucault, são três os sistemas de exclusão do discurso: não se tem o direito de dizer tudo (tabu do objeto); não se pode falar de tudo em qualquer circunstância (ritual da circunstância); qualquer um não pode falar de qualquer coisa (direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala) que serão desenvolvidos pontualmente, a seguir.

Inicialmente, abordar-se-ão os sistemas externos ao discurso — o interdito; a partilha da razão e da loucura; vontade de verdade.

O procedimento de exclusão do discurso mais conhecido e evidente é o da interdição. Há duas regiões do discurso onde tal procedimento se manifesta mais acintosamente: regiões da sexualidade e da política. Seja por que, numa avaliação superficial, já que não interessa — aqui — sua origem, os tabus sexuais decorram de idéias religiosas, (uma forma de dominação, sem dúvida) e só se venha abrir espaço para *falar-se* nisso pela necessidade de colonização, desenvolvimento industrial e necessidade de mão de obra, seja por que a política exija conhecimento, domínio, e isso redundaria posse de conhecimento — exatamente o que esse mecanismo pretende evitar.

“[O] discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que, se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”, diz Foucault (2002), à p. 10.

Buscando apoio na Literatura para ilustrar a questão, na cena final de Incidente em Antares, de Érico Veríssimo (2006, p. 489):

às vezes, na calada da noite vultos furtivos andam escrevendo nos muros e paredes palavras e frases politicamente subversivas. Os dedicados guardas municipais [...] dão-lhe caça dia e noite. Numa destas últimas madrugadas abriram fogo contra um estudante que [...] tinha começado a escrever um palavrão num muro. [...] empregados da prefeitura vieram limpar a calçada [do sangue] e raspar do muro o palavrão.

Na seqüência da cena, passa um pai levando o filho para a escola. O menino, para mostrar que já sabia ler, soletra a palavra em voz alta: *li – ber...*, e o pai, quase em pânico, manda-o calar, puxando-o com força pela mão.

O que se percebe de imediato, apenas por esta passagem, é a presença de uma palavra que não pode ser usada. Claro que para entender-se o motivo, buscam-se as razões extra-discurso — razões políticas, razões de poder — para que se possa compreender tal exemplo. Nessa obra, Érico Veríssimo ilustrou o interdito de forma excepcional, pois antes desse episódio, outros acontecimentos que agitaram a cidade de Antares não poderiam ser mencionados, sob ordem do poder local, com a esperança de que, se não fossem mencionados, tornar-se-iam lenda, o que de certa forma aconteceu, já que muitos moradores passaram a duvidar da própria sanidade, afinal nada era mencionado, sequer pelas autoridades (refiro-me aqui ao *incidente* da obra: os mortos insepultos que voltam à praça da cidade para denunciar, alguns com sua mera presença, os desmandos e abusos das autoridades locais).

Um outro princípio a ser mencionado decorre não mais da interdição: envolve a oposição entre a razão e a loucura, determinando a segregação desta em detrimento do status daquela.

O louco detém, desde a Idade Média, o discurso que não pode circular entre os demais — decorrem, daí, duas conseqüências: sua palavra é anulada e ignorada, não tendo nem veracidade nem valor como também pode ser ‘santificada’, sendo recoberta de poderes inimagináveis, atribuídos à capacidade inocente de ver no mundo aquilo que outros não conseguem ver, por já se terem ‘conspurcado’ pela racionalidade/realidade.

De qualquer a maneira, independente do extremo em que caísse, a palavra do louco era a sua evidência de loucura, era através dela que a separação se dava: racionalidade x loucura.

Recorrendo novamente à literatura para clarear as afirmações: Luís Antônio de Assis Brasil, em um livro chamado *Cães da província*, aborda a vida de Qorpo Santo, teatrólogo do início do século XX, incompreendido na época pelas suas atitudes, a começar

pela adoção da alcunha de Qorpo Santo. Do romance, das inúmeras discussões sobre poder, autoridade, loucura e, até mesmo, interdito, interessa, aqui, o episódio em que Qorpo Santo está sendo submetido a uma espécie de teste de sanidade. Sua esposa pretende gerir-lhe os bens (era um homem de posses, tido como louco pelos contemporâneos pela sua opção singular de vida, reitero), constatando-o louco. No tribunal, são ouvidos dois psiquiatras: um representa a nova geração, que vê mais que meras predisposições fisiológicas para a doença, que acredita que o humor, os sentimentos, enfim, interfiram no comportamento; e o outro, lambrosiano, representando a tradição.

Qorpo Santo assume a palavra em defesa de sua sanidade — e aí a coisa complica, pois questiona o conceito de sanidade e de loucura, colocando todos da província em xeque: por essa época, sumiam pessoas que, descobrira-se pouco antes, eram transformadas em lingüiça. O problema é que essa lingüiça passou a ser a mais procurada de Porto Alegre, e Qorpo Santo usou isso no seu discurso: tudo o que disse fez sentido; todavia, por chocar a população no seu aspecto religioso, moral e mesmo ético, foi declarado insano e, como tal, suas palavras, suas ofensas, perderam a razão: seu discurso perdeu o valor, acomodando as consciências ao ramerrão cotidiano.

Hoje, porém, entrevê-se uma outra perspectiva nesse discurso: observe-se a rede de instituições, o conjunto de saberes que são envolvidos na decifração desse discurso, antes “separado”: da clínica médica aos laboratórios produtores de medicamentos para inibir qualquer manifestação exacerbada de loucura.

O que existe é uma separação que se dá de outra maneira. A palavra livre do louco precisa ser contida. Como os tempos são outros, é necessário disfarçar, reestruturar a manutenção da exclusão, a condenação ao silêncio: “[s]e é necessário o silêncio da razão para curar os monstros, basta que o silêncio esteja alerta, e eis que a separação permanece” (FOUCAULT, p.13, 2002).

A vontade de verdade é o terceiro sistema de exclusão mencionado por Foucault.

Segundo ele, esse sistema advém da oposição entre o verdadeiro e o falso, não no interior dos discursos, mas externo a eles. Tal sistema rege a ‘vontade de saber’, institucionalmente determinada, já que se vem desenhando ao longo da história, definindo o tipo de discurso a que se deveria temer, respeitar ou mesmo valorizar, concedendo-lhe a veracidade da adoção institucional ritualística: aquele que pronunciava a justiça, não só anunciava como também contribuía para sua efetivação.

No correr dos tempos, a verdade foi transferida do ato de enunciação para o próprio enunciado, reconfigurando a ‘vontade de saber’ contemporânea, sem que isso determine a imobilização das transferências históricas das vontades de saber, ou de verdade, sempre — é certo — apoiada em sistemas institucionais que a validam e reforçam, através da condução do pensamento através das práticas educativas, que vão da relação de conteúdos a serem desenvolvidos pela escola, passando pela utilização do livro didático, até chegar aos instrumentos de mídia atuais. Diz Foucault (2002), à p. 18:

essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder coercitivo. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também — em suma, no discurso verdadeiro.

Entretanto — e talvez por isso — só é lido pelos olhos leigos o aspecto benfazejo da verdade, correspondente ao desejo daquele que exerce o poder, impondo-o para os outros há tanto tempo que o seu próprio desejo de verdade acaba por mascará-la.

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, p. 20, 2002)

De forma cíclica, portanto, existe a interação entre os elementos de controle externos ao discurso, já que a verdade acaba por legitimar a interdição quando demarca, por conta de seus detentores, o espaço da loucura.

CONTROLE INSUSPEITO

Dando seqüência ao texto de Foucault, verificar-se-ão os mecanismos de rarefação internos a discurso — o comentário; o autor; as disciplinas teóricas, como outra *dimensão do discurso*, delimitada pelo acaso e pelo acontecimento.

O comentário pode ser entendido como o mecanismo que liga aquilo que é transitoriamente dito a qualquer coisa já dita, ou a um sentido não dito, mas que esclarece, explica, o dito.

Há uma diferença entre os discursos enquanto são produzidos: os discursos fugazes, e aqueles que servem de *matrix* para outros, como textos religiosos ou jurídicos — mesmo textos literários e, até certo ponto, os próprios textos científicos — na medida em que são glosados, explicados, repetidos, reduplicados... Entretanto, Foucault deixa bem clara a idéia do desnível entre os textos: o texto gerador do comentário paira acima dos demais; como se fundasse uma possibilidade aberta de falar, sem que o comentário possa, todavia, dizer mais do que estivesse — desde sempre — articulado, porém inaudito, no texto primeiro. A novidade do comentário reside “no acontecimento a sua volta” (FOUCAULT, p. 26, 2002), ou seja, existem outras condições que possibilitaram a nova articulação do significado que sempre esteve ali.

O segundo princípio, o do autor, é, em certa medida, complementar ao primeiro. Autor, aqui, não deve ser entendido como indivíduo físico falante, mas “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência” (FOUCAULT, p. 26, 2002). É a ligação da coisa dita a alguém que disse, não no sentido banal da conversa cotidiana, mas na consideração de um princípio que valida um enunciado, exigido pela filosofia, literatura, ciência: uma espécie de ordem que se estabelece a um conjunto de discursos enunciados por um mesmo sujeito.

Assim como “[o] comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que teria a forma da repetição e do mesmo”, o “princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu.” (FOUCAULT, p. 29, 2002). São circunscritas, portanto, através da oposição, as condições de intelecção de ambos os princípios, a serem complementados por um terceiro, que “lhe[s] fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, p. 36, 2002), que é o terceiro princípio, o da disciplina, ligando a coisa dita a alguma disciplina teórica, a fim de controlar a produção do discurso. É um princípio paradoxal, até certo ponto, notando-se que se falou em “complementar” os dois princípios anteriores, com este último opondo-se, entretanto, a eles.

Reestruturando a afirmação: o princípio da disciplina, apesar de complementar, em certa medida, o princípio do autor e do comentário, estabelece-se como um contraponto a eles, já que constitui uma espécie de “sistema anônimo à disposição de quem quer ou pode servir-se dele, sem que seu sentido ou sua validade estejam ligados a quem sucedeu ser seu

inventor” — como oposição a *autoria* — e porque supõe, como ponto de partida, “aquilo que é requerido para a construção de novos enunciados”. (FOUCAULT, p. 30, 2002).

Fala-se, aqui, dos instrumentais, das regras, de uma gramática própria e interna a cada disciplina, que congrega e fundamenta o conjunto de discursos tidos como verdadeiros.

Nesse momento, Foucault apresenta a idéia de exterioridade selvagem: aquilo que fica à margem de uma determinada disciplina por nela não “caber” pode ou vir a gerar uma nova disciplina, ou instituir-se como um novo conjunto de proposições legítimas dessa mesma disciplina que a considerou marginal. Cita o exemplo de Mendel que dizia a verdade, mas seu discurso não coincidia com o verdadeiro discurso biológico de sua época. Foi necessário que um novo palco se descortinasse para que se reconhecessem as verdades como verdadeiramente científicas, ou, nas palavras do autor “uma proposição deve preencher exigências complexas e pesadas para poder pertencer ao conjunto de uma disciplina” (FOUCAULT, p. 33, 2002).

Não se pode perder de vista que se estão abordando mecanismos que controlam e cerceiam a produção do discurso; portanto, não há espaço para leituras ingênuas desses três últimos aspectos mencionados.

Repetindo Foucault (2002, p.36)

[t]em-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção: e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em conta sua função restritiva e coercitiva.

CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DO DISCURSO

O terceiro grupo a que se refere o autor quanto aos procedimentos para controle dos discursos é o que se refere ao direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. Em outras palavras, trata-se aqui da exclusão dos sujeitos falantes, envolvendo rituais das palavras; sociedades de discurso; doutrinas e apropriações sociais: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou não for, de início, qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, p. 37, 2002).

A forma mais perceptível desse sistema de restrição constitui aquilo que se convencionou chamar ritual, ilustrado pelos discursos religiosos e judiciários de forma marcante, definido na p.39, “ritual define a qualificação [...] os gestos, comportamentos [...] e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção.” (FOUCAULT, 2002)

As sociedades de discurso já se consideram em extinção, mas o autor ilustra-as com os rapsodos que possuíam o conhecimento dos poemas a recitar, a serem passados a aprendizes, cujo dever constituía-se na manutenção do segredo. A narração da história deveria ser feita observando-se determinados procedimentos: ênfase em certos pontos, recursos corporais, rituais, enfim, que valorizassem o efeito da narrativa, “sua aprendizagem fazia estar ao mesmo tempo em um grupo e um segredo que a recitação manifestava, mas não divulgava.” (FOUCAULT, p. 40, 2002)

Embora haja a idéia de extinção, pelo exemplo dado pelo autor, ele mesmo ressalta o fato de que a institucionalização das publicações talvez tenha, de certa forma, e difusamente, instaurado uma nova sociedade de discurso, quer dizer, não é mais de posse de alguns a arte de narrar, está acessível a todos, incluindo a troca de papéis (autor X leitor), diferentemente dos rapsodos, em que os papéis eram definidos e imutáveis “entre a palavra e a escuta os papéis não podiam ser trocados.” (FOUCAULT, p. 40, 2002). Porém, passa por uma formulação específica: não se pode desconsiderar a questão do discurso médico, no sentido de apropriação de termos exclusivos e que só à medicina dizem respeito, ou seja, os jargões, e não se pode restringi-los apenas ao discurso da medicina; mesmo as ciências humanas utilizam-se de termos que, se não bem compreendidos, desinformam, ou segmentam a informação, a qual só terá sentido completo para aqueles que compartilharem da gramática particular de onde o termo foi retirado.

Não se pode evitar a lembrança de sociedades que mantêm um vocabulário restrito aos seus componentes, sejam elas as gírias, hoje geradas nas favelas (exemplo pontual, somente), linguagem tipicamente identificadora e singularizadora, ao mesmo tempo que excludente: a elementos estranhos ao grupo só é dado entender o que lhes cabe entender; mais, só se fizerem parte da comunidade/sociedade — apenas.

O terceiro elemento é nominado doutrina, seja ela política, filosófica ou religiosa, contrapondo-se à sociedade de discurso, já que, ao contrário dela, tende a propagar o

discurso de forma mais intensa, querendo para sua pertença “o reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra” ((FOUCAULT, p. 40, 2002). Quanto mais pessoas aceitarem as regras, mais divulgadores haverá da idéia em questão.

Diferente das sociedades que restringem os elementos pelo discurso, a doutrina amplia seus tentáculos a partir dele; embora pareça simples e de identificação passível com a questão das disciplinas, há um ponto fulcral que demarca a *pertença doutrinária*: “a doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente todos os outros.” (FOUCAULT, p. 43, 2002), fixando uma sujeição de mão dupla: o indivíduo é identificado como elemento do grupo não só pelos seus enunciados efetivos, mas pela opção em usar uns em detrimento de outros e o discurso sobrevive em função desses elementos do grupo, que só devem se utilizar deles.

Redimensionando a perspectiva, tem-se analisada a questão da educação, que poderia ser um elemento libertador; contudo, acaba funcionando como mais um perpetuador da ordem vigente ao estabelecer pertenças doutrinárias, assessorada pela mídia, na contemporaneidade. Na voz do autor, a compreensão se dá efetivamente:

[o] que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, p.44, 2002)

Ampliando o olhar, Foucault revela uma preocupação, afirmando ser um sofisma temas filosóficos que propõem como lei discursiva determinadas verdades ideais, longe da racionalidade do próprio discurso, como se este dependesse apenas de quem profere o enunciado discursivo; como princípio de desenvolvimento do discurso uma racionalidade imanente a ele, anulando-lhe o caráter de acontecimento; além de parecer-lhe sem sentido a proposição de ética do conhecimento que só atende ao próprio desejo da verdade e ao poder de pensá-la.

O que se percebe, fundamentalmente, é que houve uma preocupação em alijar discurso de fala e pensamento, “o discurso se anula, assim, em sua realidade, inscrevendo-se na ordem do significante” (FOUCAULT, p.49, 2002) — ou seja, ele perde a sua dimensão real quando o circunscrevem à dimensão de mero enunciado, desconhecendo o fato de que ele carrega — em si — algo. Para esquecer isso, criou-se todo um aparato ao redor do discurso, que esconde nada menos do que uma espécie de temor, como se o hiato que existe entre sua manifestação no pensamento e sua enunciação lingüística nada fosse de

importante — quer dizer, nem o pensamento fosse algo digno de nota. Se uma busca for feita no sentido de analisar o temor que cerca o discurso, acaba-se voltando, em certa medida, para os seus elementos de controle: dever-se-á questionar a vontade de verdade, reconhecer no discurso um acontecimento, concedendo-lhe, com isso, o significado por trás de seu efeito de significante.

ENCERRANDO...

Aquilo que é dito não provém de um arcabouço infindo de significações, mas de condições de possibilidades específicas. O que Foucault busca em A ordem do discurso são as regras anônimas que definem as condições de existência dos acontecimentos discursivos: a questão não é saber o porquê de uma coisa, mas a razão de possibilidade dessa coisa.

Partindo da hipótese de que a palavra é dita e é trocada no interior de complexos mecanismos de restrição, Foucault explicita os mecanismos através dos quais é feito o controle, a seleção, a organização e a redistribuição da produção do discurso. Compreenda-se discurso enquanto interação por intermédio de mensagens, visto que esta interação não será nada menos do que uma luta pela palavra, uma luta com a palavra — e uma restrição da palavra.

Só existimos enquanto sujeitos por fazermos parte de um universo lingüístico e, como tais, sujeitos que interagimos num meio discursivo, efetuando operações dos mais distintos aspectos: estruturas políticas, ideologias religiosas, ciência moderna.

O entendimento da linguagem como um universo dentro do qual interagem os indivíduos, controlando ou sendo controlados, amplia a gama de escolhas pessoais, possibilitando, por conseguinte, um novo tipo de relação do indivíduo com o sistema, evitando que o poder se cristalize em estados de dominação pela ignorância.

Por que não?

REFERÊNCIAS:

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Cães da Província*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas numa arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TRAVESSIAS ED. 03 ISSN 1982-5935
Educação, Cultura, Linguagem e Arte
www.unioeste.br/travessias

. *A ordem do discurso*. 8 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

O QUE PENSAR? Fragmentos de Gilles Deleuze.

In:<<http://marketinghacker.com.br/index.php?itemid=3104>> Acesso em: 26/6/2008.

VERÍSSIMO, Érico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.